

Ação inadequada

O anúncio do governo federal de que vai cadastrar 15 mil famílias da Rocinha e do Vidigal, com a promessa de regularizar a posse dos terrenos, trouxe à tona, mais uma vez, a discussão sobre o problema da favelização no Rio. Muitas razões explicam o crescimento de assentamentos irregulares na região, como o aumento da população e a ilusão de que nos grandes centros urbanos encontra-se melhor qualidade de vida. O déficit habitacional e a instabilidade da renda média familiar agravam a questão.

A taxa de fecundidade da população carente agrava o diagnóstico. Segundo a Fundação Getulio Vargas, na faixa de 15 a 19 anos a fecundidade das cariocas é cinco vezes maior nas favelas. De acordo com a ONU, o controle de natalidade e a educação sexual são fundamentais para combater a pobreza nos países em desenvolvimento. Países com taxas decrescentes de natalidade nas últimas décadas cresceram mais: a queda constante da natalidade no Brasil seria responsável por um crescimento médio anual de 0,7% do PIB do país desde a década de 70.

Enquanto as autoridades não se derem conta de que o custo social da explosão demográfica nos grandes centros urbanos é muito maior do que os investimentos em políticas públicas mais amplas, a favelização estará sempre em pauta na agenda política nacional.

O número de domicílios cadastrados em favelas no Rio, segundo o IBGE, cresceu 35%, de 313 mil para 424 mil. E dos 92 municípios fluminenses, 48 têm favelas. Remover ou legalizar casas com uma política de “papel passado”, como o governo anuncia agora, não soluciona a questão, muito menos melhora a qualidade de vida de quem ocupa esses terrenos. Medidas para regularizar ocupações irregulares podem lastrear longos debates, mas são insuficientes para uma solução definitiva.

REYNALDO BARROS é presidente do Crea-RJ.